

HABEAS CORPUS Nº 557.400 - SP (2020/0007677-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : EMERSOM ALENCAR MARTINS BETIM
ADVOGADO : EMERSON ALENCAR MARTINS BETIM - SP137821
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NATAL WELLINGTON DE OLIVEIRA SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de NATAL WELLINGTON DE OLIVEIRA SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação Criminal n. 0001898-58.2011.8.26.0456).

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 10 anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 33 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas), por duas vezes, determinando que fosse expedido mandado de prisão para a execução provisória da pena.

Na presente impetração, a defesa sustenta que *"a decisão aqui questionada implicou em manifesto constrangimento ilegal a liberdade do Paciente, haja vista que houve a decretação de prisão para cumprimento antecipado da sanção corporal, ou seja, em afronta direta à recente jurisprudência firmada pelo c. STF (ADCs 43, 44 e 54), sendo, pois, aplicável à espécie a farta orientação jurisprudencial que autoriza o deferimento de liminar para restabelecer a liberdade do ora Paciente, inclusive, a concessão da ordem mesmo que de ofício [...]"* (e-STJ fl. 9).

Postula a concessão da ordem para sobrestar o mandado de prisão.

Liminar **deferida** às e-STJ fls. 215/216.

Parecer ministerial pela **concessão da ordem de ofício** (e-STJ fls. 333/335).

É o relatório.

Como é cediço, o Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC n. 126.292/SP (relator Ministro Teori Zavascki, Tribunal Pleno, DJe

17/5/2016), firmou posicionamento no sentido de possibilitar a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, deixando assente que a execução de sentença penal condenatória confirmada por Tribunal de segundo grau de jurisdição "*não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal*".

Essa orientação, posteriormente, foi adotada pela Corte Especial e por ambas as Turmas integrantes da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (v.g. QO na APn n. 675/GO, relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 6/4/2016, DJe 26/4/2016; HC n. 354.441/PE, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/6/2016, DJe 14/6/2016; HC n. 350.518/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/5/2016, DJe 24/5/2016).

No entanto, em 7/11/2019, o Pretório Excelso, por maioria, quando do julgamento definitivo das ADCs n. 43, 44 e 54, julgou procedentes as ações para assentar a constitucionalidade do art. 283 do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei n. 12.403, de 4 de maio de 2011. Em outras palavras, definiu o Supremo Tribunal Federal que, ressalvadas as hipóteses em que estivessem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva ou temporária, seria constitucional a regra do Código de Processo Penal que previa o esgotamento de todas as possibilidades de recurso para que então fosse iniciado o cumprimento definitivo da pena (ADCs n. 43, 44 e 54, Tribunal Pleno, relator Ministro Marco Aurélio, julgado em 7/11/2019, ata de julgamento publicada em 11/11/2019).

Na hipótese, considerando a nova orientação da Suprema Corte acerca da questão e o fato de a custódia do paciente decorrer exclusivamente da determinação de execução provisória da pena, verifico a existência do constrangimento ilegal alegado.

Ante o exposto, **concedo a ordem** para, confirmando a liminar, cassar a decisão do Tribunal de origem quanto à determinação da execução provisória da pena permitindo que o paciente aguarde em liberdade o trânsito em julgado de sua condenação, ressalvada a possibilidade de estar preso por outro motivo.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator